



**Universidade de Brasília - UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas - IH**  
**Departamento de História - HIS**

**Paulo Victor Cavalcanti de Lucena Lima**

**O uso político do futebol pela  
Ditadura Vargasista (1937-1945) e  
pela Ditadura Militar (1964-1985)**

**Brasília, 2022.**

PAULO VICTOR CAVALCANTI DE LUCENA LIMA

**O uso político do futebol pela  
Ditadura Vargasista (1937-1945) e  
pela Ditadura Militar (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de graduação em História, com grau de Licenciado, sob orientação da Professora Dra. Léa Maria Carrer Yamashita.

Brasília, 2022.

## Agradecimentos

Concluir um curso de graduação em uma das melhores universidades do Brasil sendo um homem negro, jovem e periférico é um feito que contraria todas as estatísticas de uma sociedade que foi estruturada pelo racismo. Contudo, a defesa deste trabalho monográfico não é uma conquista individual, ela é fruto de um esforço coletivo, e eu não poderia fazê-la sem antes reverenciar quem me ajudou a chegar até aqui.

Gostaria de dedicar este trabalho aos meus pais, que mesmo diante de todas as dificuldades sempre me deram apoio e incentivo para que eu trilhasse o meu caminho e fosse capaz de construir o meu destino e de minha família através dos estudos.

À minha irmã Marielle, por trazer alegria ao meu dia-dia e ser a pessoa que me motiva a ser um homem melhor.

Agradeço à Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita por toda a paciência, compreensão, dedicação, pelas valiosas contribuições a esta monografia e por não ter me deixado desistir. Sem o seu excelente trabalho de orientação, não seria possível eu estar aqui agora escrevendo este texto.

Também agradeço aos queridos amigos e amigas que me acompanharam durante a minha trajetória de estudos. Faço aqui uma menção especial às minhas colegas de curso e fiéis escudeiras de vida Alice Yasmin e Ana Beatriz, com quem compartilhei bons e maus momentos durante a graduação e que me forneceram apoio e amizade nos meus dias mais difíceis.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu amigo Fellipe Ramos, que me acompanha desde o Ensino Médio, com quem compartilho o mesmo sonho de mudar de vida através da educação.

Sou grato também à minha amiga Melanie Aya, por todo o apoio, carinho, por suas mensagens alegres e conselhos valorosos.

À minha namorada Amanda Gama, que esteve ao meu lado durante os anos de pandemia, quando interrompi os estudos e vivi o momento mais difícil da minha trajetória. Foi ela que sempre me incentivou e foi minha melhor companhia contribuindo para que eu encontrasse forças para voltar aos estudos e concluir este trabalho.

Por fim, agradeço ao corpo docente e administrativo do Departamento de História da Universidade de Brasília, que apesar de todas as dificuldades e dos recursos cada vez mais escassos, desenvolve um trabalho de excelência na formação acadêmica, intelectual e humanística. A todos os profissionais da educação que contribuíram na minha formação desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. E a todos e todas que lutaram e lutam até hoje pela democratização do acesso à Educação Superior através da Política de Cotas e de Permanência Estudantil, políticas essas que são fundamentais para que mais pessoas como eu tenham condições de chegar onde estou.

## Resumo

Esta monografia objetivou fazer uma análise sobre como se deu a relação entre o futebol e os projetos político culturais da Ditadura Vargasista (1937-1945) e da Ditadura Militar de 1964 (1964-1985) no Brasil. Buscamos compreender a participação destes governos autoritários que se instalaram no Brasil no século XX, na promoção do futebol. Utilizamos os princípios teóricos da História Cultural para orientarem nosso estudo sobre esse esporte no Brasil que, no século XX, alcançou o *status* de mais valioso bem cultural dos brasileiros. Procuramos entender porque as ditaduras instaladas em 1937 e em 1964 tanto investiram neste esporte, com quais estratégias fizeram esse investimento e qual papel que elas tiveram no desenvolvimento do futebol no Brasil, enquanto o esporte era objeto importante de suas políticas culturais.

**Palavras-Chave:** Futebol no Brasil, Política Cultural, Ditadura Vargasista, Ditadura de 1964.

## Abstract

This monograph aimed to make a historiographical study on the relationship between football and the cultural policies of the Vargas Dictatorship (1937-1945) and the Military Dictatorship of 1964 (1964-1985) in Brazil. We seek to understand the authoritarian governments that were installed in Brazil, in the 20th century, and their promotion of football. We use the theoretical principles of Cultural History to guide our study of sport in Brazil, which, in the 20th century, reached the status of the most valuable cultural asset of Brazilians. We searched for why the dictatorships installed in 1937 and 1964 invested so much in it, with what strategies they made this investment and what role they did not have as an object of football development in Brazil, while sport was important in their cultural policies.

**Key words:** Brazilian Football, Cultural Policy, Vargas Dictatorship, Military Dictatorship of 1964.

## Sumário

Introdução.....	07
Capítulo 1 – O crescimento do futebol no Brasil, no início do século XX, sob a.....	14
iniciativa privada de clubes e de associações	
Capítulo 2 – A apropriação do futebol pela política cultural Estado Novista .....	22
Capítulo 3 – O futebol no projeto político da Ditadura Militar.....	31
Considerações finais .....	41
Fontes .....	44
Referências Bibliográficas.....	44

## Introdução

Quando interessei-me pelo estudo da história do futebol no Brasil, por ocasião do trabalho de final do curso de graduação, alguns amigos e familiares demonstraram estranhamento quanto ao assunto escolhido. Alguns demonstraram curiosidade em entender como se opera a conexão entre História e Futebol. Outros demonstraram inclusive aversão à temática, normalmente expressa pela pergunta: “mas o que o futebol tem a ver com História?”

Esta reação pode ser explicada como um resíduo de uma forma específica de se fazer história, que teve seu ápice durante o século XIX, tempo em que os historiadores, preocupados em dar roupagem científica à disciplina e em justificar sua relevância acadêmica, consideravam como objetos de estudo apenas as “ações importantes”. Entendido então como “importante” os feitos dos líderes políticos, das grandes personalidades, das guerras ou mudanças profundas nos Estados. Ou seja, eram considerados “fatos históricos” apenas os “grandes acontecimentos” da dimensão política.

No início do século XX, a história rompeu com os paradigmas do historicismo alemão e do positivismo, em voga no século anterior. O pontapé inicial para a mudança na forma de fazer e entender a história no século XX foi dado pela Escola dos Annales e pelo Marxismo, que questionaram a restrição do campo da história ao acontecimento, à dimensão política, à ação dos grandes líderes. Estas escolas construíram uma história da sociedade em seus múltiplos aspectos, a ampliação dos objetos de estudo e das fontes de pesquisa.

Outras críticas feitas à historiografia tradicional foram aos modelos explicativos globalizantes que se propunham a revelar o passado verdadeiro sofreram um processo de esgotamento. Existe hoje o entendimento pela historiografia de que o historiador não nos revelará “a” verdade, mas sim uma das possíveis interpretações científicas do passado, assim definidas por ter sido construída segundo uma teoria e um método histórico.

Mesmo com estas mudanças na epistemologia da ciência histórica, o futebol ainda precisou aguardar as décadas finais do século XX para ser valorizado pela

academia. Por se tratar de um tema que desperta paixões e gera discussões acaloradas, muitas vezes compreendido apenas como uma atividade lúdica, ligada ao entretenimento, do ponto de vista utilitarista, o futebol demorou a ser visto como um objeto a ser estudado dentro da academia.

Devido às origens elitistas do futebol e também pelas orientações da teoria marxista, as análises precursoras estigmatizaram o esporte de massa como uma variável do “ópio dos povos”, classificando-o como componente do aparelho ideológico do Estado, que tinha como função “domesticar” o proletariado, para que este não desenvolvesse consciência de classe.<sup>1</sup> Essa visão foi criticada por antropólogos.<sup>2</sup> Roberto DaMatta, por exemplo, indica uma arrogância elitista nesta visão ao interpretar que, uma vez constatado que socialmente o futebol é mesmo uma instituição importante, deve ser porque ele desempenha um determinado papel social; mas como ele é também um entretenimento, restou à tese utilitarista conceder-lhe o papel de desviar a atenção e mistificar o povo. Ou seja,

Só quem sabe o real papel do futebol na sociedade brasileira é a camada dominante (que o utiliza como ópio das massas) e os críticos da sociedade. A massa permanece na escuridão de sua idiotice crônica, incapaz de perceber seu sistemático engano.<sup>3</sup>

Todavia, tais perspectivas não dão conta da complexidade que se apresenta ao estudarmos um fenômeno social de tamanha magnitude, pois, interpretado desta forma, o futebol fica esvaziado, como algo à parte da sociedade, “um dos aparelhos ideológicos” aplicados a ela.

Ao contrário, como bem cultural, o futebol é um elemento constitutivo da sociedade brasileira, está em relação de interdependência com ela, sendo um canal por onde os brasileiros se expressam enquanto sujeito ativo.

Num momento em que as ciências sociais encontravam-se desassossegadas quanto aos paradigmas do estruturalismo, floresce nova vertente epistemológica, a “História Cultural”, que se abriu ainda mais ao estudo de novos objetos, temas e

---

<sup>1</sup> Roberto Ramos. **Futebol: ideologia do poder**. Petrópolis, Vozes, 1984.

<sup>2</sup> Arlei Damo. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002; Roberto DaMatta. (org). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

<sup>3</sup> Roberto DaMatta, *op cit*, p. 22.



campos de estudo. Como destacou Sandra Pesavento,

um dos aspectos que, contemporaneamente, mais dão visibilidade à História Cultural: a renovação das correntes da história e dos campos de pesquisa, multiplicando o universo temático e os objetos, bem como a utilização de uma multiplicidade de novas fontes. Figurando como recortes inusitados do real, produzidos por questões renovadoras, a descoberta de documentação até então não-visualizada como aproveitável pela História, ou então a revisita de velhas fontes iluminadas por novas perguntas.<sup>4</sup>

Naquele momento, a cultura, em suas mais variadas formas de expressão – dentre elas o futebol – passou a ser entendida para além de mero objeto de erudição ou diversão, mas também como um meio pelo qual os seres humanos constroem significados em sociedade, de forma a explicar e representar o mundo ao seu redor. Tal como esclarece Roger Chartier, o objetivo da História Cultural consiste “em identificar como, em diferentes lugares e períodos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”.<sup>5</sup>

A História Cultural também defendeu um maior intercâmbio junto a outras áreas do conhecimento, particularmente com a Antropologia, o que resultou na valorização e incorporação das “práticas sociais” como objeto de estudo histórico. Segundo o historiador inglês Peter Burke, foi a partir do diálogo interdisciplinar com a Antropologia, na esteira da valorização da cultura enquanto objeto de estudo das Ciências Humanas, que as diversas “práticas” ganharam visibilidade no meio acadêmico e passaram a ser motivo de investigação histórica:

“Práticas” é um dos paradigmas da Nova História Cultural: a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica. Graças a essa virada em direção às práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada, um campo com suas próprias revistas, como o *International Journal of History of Sport*.<sup>6</sup>

Uma obra precursora da perspectiva que trata o futebol como um drama

<sup>4</sup> Sandra J. Pesavento. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 69.

<sup>5</sup> Roger Chartier. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990, p. 16.

<sup>6</sup> Peter Burke. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 78.

social brasileiro foi organizada pelo antropólogo Roberto DaMatta, **Universo do Futebol**. O livro reúne uma série de artigos que têm como foco as representações do futebol na sociedade brasileira e rejeita frontalmente a ideia de alienação presente nas interpretações do esporte. Defende que, por meio das representações articuladas ao mesmo se pode estudar aspectos da sociedade brasileira. É o próprio DaMatta que afirma: “o futebol praticado, vivido, discutido e teorizado no Brasil seria um modo específico, entre tantos outros, pelo qual a sociedade brasileira fala, apresenta-se, revela-se, deixando-se, portanto, descobrir”.<sup>7</sup>

Desde então, a relação entre esporte e sociedade é algo culturalmente demarcado e percebido como historicamente construído. O futebol faz parte da sociedade e a sociedade faz parte do futebol, sendo o esporte um importante termômetro social. O futebol no Brasil atinge o *status* de manifestação cultural na medida em que as suas práticas e o seu entorno muitas vezes ultrapassam os limites da ludicidade, dialogando com a própria forma da sociedade se organizar, adentrando assim as chamadas “coisas importantes” da vida.

O futebol brasileiro visto como uma prática social, também se constitui num meio pelo qual os indivíduos expressam determinados sentimentos...o fato de torcer por um time, mesmo quando esse não ganha títulos durante muitos anos, pode ser vivido como um teste de fidelidade. Suportar as gozações de torcedores contrários após uma derrota põe a prova a paixão pelo time, mesmos nos momentos difíceis..<sup>8</sup>

Além das manifestações simbólicas, é possível identificar a presença do futebol no imaginário coletivo e na cultura popular através de outros fatores, como no uso recorrente de expressões ligadas ao esporte na linguagem cotidiana. Afinal, quem nunca estudou para um exame “aos 45 minutos do segundo tempo” durante a sua trajetória acadêmica, ou ainda recebeu um *feedback* “show de bola” em uma reunião de orientação?

Para as classes populares, o futebol também é muitas vezes visto como a possibilidade mais factível de ascensão social em uma sociedade marcada pela

---

<sup>7</sup> Roberto DaMatta. (org). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982. p. 21.

<sup>8</sup> Jocimar Daolio. **Cultura: Educação Física e Futebol**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. p. 122.

desigualdade e pela falta de oportunidades. Embora a elite do esporte de alto rendimento seja um patamar alcançado por uma minoria ínfima entre os atletas profissionais de futebol, não é raro encontrar jovens dispostos a seguir a carreira de jogador de futebol, carregando consigo as esperanças da família e dos amigos próximos.

Dessa forma, o futebol atua na sociedade brasileira como um legítimo representante de sua cultura, uma forma pela qual a sociedade se expressa, em suas dimensões simbólicas ou não, com suas contradições e suas estruturas complexas, cabendo então ao pesquisador identificar os possíveis objetos de estudo dentro deste tema.

A partir de sua introdução no país em fins do século XIX, o futebol se consolidou como um ator importante na história do Brasil. Ao longo do século XX, passou a ocupar o lugar de principal e mais popular esporte praticado no país, tendo a construção de sua identidade caminhado em paralelo com a construção da identidade nacional, o que faz deste esporte um elemento fundamental da cultura brasileira.

Neste trabalho, buscamos compreender a participação dos governos autoritários que se instalaram no Brasil, no século XX, na promoção do futebol. Utilizamos os princípios teóricos e metodológicos da História Cultural para orientarem nosso estudo sobre o futebol no Brasil que, no século XX, alcançou o *status* de um dos mais valiosos bens culturais dos brasileiros. Procuramos entender porque as ditaduras instaladas em 1937 e em 1964 tanto investiram neste esporte, quais estratégias usaram nesse investimento e qual papel elas tiveram no desenvolvimento do futebol no Brasil, enquanto o esporte era objeto importante de suas políticas culturais.

Devido ao seu poder de mobilização, o futebol tornou-se alvo de interesse político desde suas primeiras práticas, tanto em períodos democráticos quanto em ditaduras. No trabalho, recortamos para estudo os usos políticos e as intervenções estatais no esporte feitas pela Ditadura Vargas (1937-45) e pela Ditadura Militar (1964-85).<sup>9</sup> Trata-se sobretudo de uma pesquisa historiográfica. Buscamos nos

---

<sup>9</sup> Adotamos a terminação “Ditadura Militar 1964-1985” por acreditarmos já haver consenso na historiografia Brasileira de denominar o Golpe de Estado de 64 de “Golpe Civil Militar”, e o regime que se estendeu até 1985

trabalhos de historiadores, antropólogos, cientistas sociais e jornalistas esportivos que analisaram a trajetória do esporte, a popularização do mesmo e posterior incorporação a políticas estatais, sobretudo nos períodos autoritários.

Como obras que mais deram suporte ao trabalho, destacamos o livro organizado pelo antropólogo Roberto DaMatta, **Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira** (1982), que aborda os significados e as formas presentes no fenômeno do futebol de uma forma crítica e desmistificadora, até então inédita no âmbito das Ciências Humanas; a dissertação de mestrado em Ciência Política de Meily Assbú Linhales, “A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos (1996)”, que trata do surgimento do esporte organizado no Brasil e sua absorção pelos governos através de políticas públicas em diferentes momentos do Brasil Republicano; a tese de doutorado em História Social de Jorge Miguel Acosta Soares, “Justiça desportiva: O Estado Novo entra em campo (1941–1945) (2016)”, que analisa o processo de disciplinarização do futebol pela Ditadura Vargas, através da criação de um sistema jurídico que reproduzia no futebol as bases, princípios ideológicos e estruturais do Direito Penal; e, por fim, a dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais de Daniel de Araújo dos Santos, intitulada “Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol (2012)”, que trata da criação do Campeonato Brasileiro de futebol pela Ditadura Militar, em busca de legitimidade para o regime instituído em 1964.

O trabalho foi organizado em três capítulos. O primeiro, trata do surgimento do futebol no Brasil como esporte de elite e as suas vias de popularização, caminho percorrido entre um discurso eugenista, que incentivava a prática de exercícios físicos para melhoria da raça; e um discurso racista e classista, segundo o qual o futebol deveria permanecer restrito às pessoas de boa origem.

No segundo capítulo, tratamos da atuação do Estado Novo na valorização do futebol como esporte de expressão da cultura popular, e na expansão, divulgação e profissionalização do esporte, uma vez que este regime político desenvolveu sólida política cultural à qual interessava renovar a identidade nacional, fundada na

---

de “militar”, uma vez que o nível decisório do governo ficou de fato com os militares.

valorização do trabalhador, do povo, da cultura popular, de forma que Estado e nação parecessem indissociáveis.

No último e terceiro capítulo, nos dedicamos a analisar como o futebol foi articulado ao projeto de poder durante a Ditadura Militar de 1964, tendo como ênfase o período que compreendeu os anos de 1968 e 1979, quando os militares vincularam o esporte à propaganda ufanista durante a Copa do Mundo de 1970, e posteriormente ao Programa de Integração Nacional, desenvolvido nos governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

## Capítulo 1 – O crescimento do futebol no Brasil, no início do século XX, sob a iniciativa privada de clubes e de associações

“O futebol é a coisa mais importante dentre as menos importantes”. A frase de Arrigo Sacchi, ex-técnico de futebol italiano, expressa bem a relação apaixonada das sociedades com este bem cultural. De fato, o futebol é o esporte mais popular do mundo.

Para se ter uma dimensão do alcance de mobilização deste esporte, a edição de 2018 da Copa do Mundo FIFA contou com a audiência de 3,57 bilhões de pessoas – o que equivale a mais da metade da população mundial com mais de 4 anos.<sup>10</sup> O número de países com representação na FIFA (Federação Internacional de *Football Association*) é superior ao número de nações vinculadas à ONU (Organização das Nações Unidas) – 211 e 193, respectivamente.<sup>11</sup>

A paixão pelo esporte no Brasil não é diferente. Aqui, ele chegou nas últimas décadas do século XIX, em decorrência da relação do país com a Inglaterra. Havia naquele momento um intenso intercâmbio entre os dois países e a presença de fábricas e trabalhadores ingleses nas principais cidades brasileiras era comum. Os primeiros registros da prática deste esporte em terras brasileiras apontam para o hábito que os marinheiros ingleses tinham de jogar futebol nos cais dos portos, por volta da década de 1860; porém, após a estadia em território brasileiro, os marinheiros retornavam com suas bolas, o que de certa forma impedia a continuidade da prática pelos espectadores das “pelejas”.<sup>12</sup>

A introdução oficial do esporte no Brasil, entretanto, veio na última década do século XIX, mais precisamente no ano de 1895. Neste ano, Charles Miller organizou a primeira partida de futebol oficial no país, ocorrida em São Paulo.<sup>13</sup> No Rio de Janeiro, o pioneirismo ficou por conta de Oscar Cox, dois anos após o

---

<sup>10</sup> REUTERS. "Melhor Copa do Mundo da história" teve audiência recorde em 2018, diz Fifa. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/fut-copa-audiencia-recorde-idBRKCN1OK1GH-OBRSP>> Acesso em: 21 set. 22.

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://www.fifa.com/associations/> > Acesso em: 13 de Janeiro de 2020.

<sup>12</sup> Rubim Santos Leão de Aquino. **Futebol, uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.11.

<sup>13</sup> *Idem*, p.11.

feito de Miller.

Charles Miller e Oscar Cox possuíam em comum o fato de serem provenientes de famílias ricas e terem estudado fora do Brasil. Miller estudou na Inglaterra, e Cox, na Suíça; durante o período de estudos entraram em contato com a prática competitiva e as regras deste esporte, que àquela época já eram difundidas nestes países.

Em seu primeiro momento, o futebol no Brasil teve sua prática restrita às elites. Era mais um dentre os esportes praticados pelos mais afortunados, como o tênis, o “cricket” e o golfe. Apenas os ricos tinham recursos para comprar os equipamentos, que àquela época eram importados, e tempo livre para dedicar-se à prática desportiva amadora. Segundo o historiador Joel Rufino dos Santos:

Charles Miller não queria fundar nada. Nem podia imaginar o que ia acontecer depois. (...) Os doces clubes de 'cricket' ou de 'squash', começaram a brotar nas cidades brasileiras, a partir de 1850, geralmente ao lado de uma grande fábrica ou no interior das chácaras. Num desses clubes, Charles Miller, que não gostava de cricket, organizou o primeiro team de foot-ball do Brasil, o São Paulo Athletic Club. Em 1902, aparece no Rio o Fluminense. (...) Os pobres - os que não tinham dinheiro para a bola, os uniformes e os ingressos - espiavam por cima do muro...<sup>14</sup>

Outro fator importante a ser apontado com relação ao caráter elitista do futebol em seus primórdios no Brasil são as ideias de eugenia, que eram igualmente importadas junto aos equipamentos de prática desportiva. Segundo Rubim Aquino:

a partir do final do século XIX começaram a chegar aqui manifestações de cientistas e políticos europeus partidários de teses que defendiam os exercícios físicos como o melhor meio de desenvolver sua etnia. Dizia-se que tais práticas eram fundamentais para sociedades marcadas pela mestiçagem, como era o caso do Brasil. O mito da superioridade do homem branco tornava os europeus mais aptos do que os povos de forte miscigenação racial.<sup>15</sup>

Dessa forma,

os defensores da higiene passaram então a fazer da luta em favor do desenvolvimento físico dos brasileiros uma de suas principais bandeiras. Tal cuidado estaria na base de uma educação saudável, pois ela geraria no indivíduo um robusto equilíbrio físico e mental. O alvo principal seria, nesse sentido, a juventude e a infância.<sup>16</sup>

Porém, com o tempo, o futebol acabou ganhando cada vez mais adeptos e

<sup>14</sup> Joel Rufino dos Santos. **História política do futebol brasileiro**. V.20. Brasiliense, 1981, p.12-15.

<sup>15</sup> Rubim S. L. de Aquino. **Futebol, uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.31.

<sup>16</sup> Leonardo Afonso Pereira. **Footballmania, uma história social do futebol no Rio do Janeiro, 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 22.

praticantes, rompendo o círculo restrito da elite. Segundo Meily Assbú Linhales, a popularização inicial do esporte no Brasil pode ser explicada por duas vias principais: a dos clubes de fábrica e a do futebol de várzea.<sup>17</sup>

Além dos jovens da elite brasileira, o futebol também era praticado pelos funcionários britânicos das companhias e fábricas inglesas, que organizavam-se em times de futebol. Quando esses times não contavam com jogadores suficientes, os demais operários eram chamados para compor a escalação. O futebol é um esporte com regras simples e sua prática pode ser realizada sem a necessidade de equipamentos sofisticados (a bola não necessariamente precisa ser de couro, não é necessário o uso de calçados específicos), então a assimilação por parte dos demais funcionários até então não habituados à prática do esporte ocorreu de forma extremamente rápida. Sobre a acessibilidade do futebol, Glauco Souza argumenta:

De maneiras diversas, as classes baixas também puderam desfrutar do esporte bretão, pois o futebol, diferentemente do remo, do turfe, do ciclismo ou do alpinismo, não era refém de instrumentos para ser praticado, isto é, enquanto, sobretudo o remo e o turfe, precisavam, obrigatoriamente, de barcos e cavalos, o futebol não exigia nem mesmo uma bola oficial.<sup>18</sup>

Conforme o tempo passou, o número de times dentro das fábricas foi crescendo, e os horários destinados à prática do futebol aumentando. As partidas, que no início eram jogadas na hora do almoço, passaram a ser disputadas também aos finais de semana. Bons jogadores de futebol começaram a ser revelados nesse processo, e com isso nasceu a figura do operário-jogador.<sup>19</sup>

O clube “The Bangu Athletic Club” (que existe até os dias de hoje sob o nome de Bangu Atlético Clube), fundado por operários ingleses em 1904, no Rio de Janeiro, é considerado pela historiografia do futebol como o precursor da relação esporte-empresa no Brasil.<sup>20</sup>

Embora não tenha sido o primeiro, o Bangu é tido como o precursor e

---

<sup>17</sup> Sobre a tese de duas vias, ver Meily Assbú Linhales. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996, p. 69-72.

<sup>18</sup> Glauco José Costa Souza. *Entre o cavalo e o barco, só podemos a bola – O processo de desenvolvimento do futebol no Rio de Janeiro entre as camadas populares no início do século XX. Memória (Licenciatura)*. UFRRJ: Rio de Janeiro, 2015.

<sup>19</sup> Sobre o futebol nas fábricas, ver Fátima Antunes. **O futebol nas fábricas**. Revista USP, no 22

<sup>20</sup> O Bangu Atlético Clube surgiu dentro de uma empresa de tecelagem chamada Companhia Progresso Industrial do Brasil.



exemplo clássico do clube de tendências proletárias por ter tido um processo de ascensão que significou ganhos para os mais diversos atores envolvidos no processo. Os funcionários ingleses tinham times completos para jogar futebol; os demais empregados passaram a ter um contato mais próximo e informal com os altos funcionários da empresa, o que alterou as relações de trabalho, uma vez que a condição de jogador passou a ter uma importância maior que a de um simples operário. A fábrica por sua vez ganhou popularidade e seus produtos passaram a ser mais divulgados, já que o crescimento do clube e as vitórias passaram a ser diretamente associados à qualidade dos tecidos Bangu. A população do bairro suburbano do Rio de Janeiro também se beneficiou, uma vez que a condição de jogador de futebol representava uma oportunidade a mais de conseguir um emprego na indústria têxtil.<sup>21</sup>

Cabe ressaltar que o futebol nesse período era um esporte estritamente amador e a prática profissional do esporte era proibida. A relação esporte-empresa protagonizada pelo Bangu, além de representar uma das vias de extensão da prática do futebol às camadas menos favorecidas da sociedade carioca, representava também o embrião de uma prática que viria a ser chamada de “profissionalismo marrom”, que era quando jogadores suburbanos eram contratados como empregados das empresas supostamente como operários, mas que na verdade estavam sendo pagos para jogar futebol.<sup>22</sup>

A outra via de popularização do futebol em seus primeiros anos está relacionada ao surgimento em profusão dos chamados “times de várzea” e dos “campos de pelada”. Como comentado anteriormente, o futebol exige pouquíssimos recursos para que seja praticado, o que facilita a sua assimilação e a sua prática em larga escala. À medida que mais pessoas foram conhecendo o esporte, ele passou a ser assimilado como uma atividade de lazer da população, sendo praticado nos mais variados lugares, como ruas e parques.<sup>23</sup>

Sendo assim, através dos clubes de fábrica e do futebol de várzea, uma significativa parcela da população que ora era excluída dos clubes de elite passou a não ser mais privada de jogar futebol e organizar-se à sua maneira. Conforme a

---

<sup>21</sup> Meily Assbú Linhales, *op cit*, p. 69-72.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> *Idem*.

população assimilava gradativamente o futebol, os times passaram a multiplicar-se. Segundo levantamento realizado pelo jornal “A vida esportiva”, o Estado de São Paulo contava no ano de 1904 – nove anos após a primeira partida oficial organizada por Charles Miller – com 118 associações esportivas, sendo 72 delas times de futebol.<sup>24</sup> Esses números ajudam a dar uma dimensão da celeridade com que se deu a assimilação do futebol em lugares como São Paulo, o que se repetiu em diversos outros lugares do Brasil.

Com o aumento do número de times de futebol, estes começaram a se organizar em ligas, realizar campeonatos e jogos interestaduais. Na primeira década do século XX os primeiros campeonatos estaduais passaram a ser disputados em São Paulo (1902), na Bahia (1904) e no Rio de Janeiro (1906). Foi também no ano de 1906 que ocorreu a primeira partida internacional oficial no Brasil, onde um selecionado de jogadores paulistas enfrentou o selecionado sul-africano, perdendo pelo placar de 6 a 0.

Conforme o futebol dava os primeiros passos no sentido de sua organização, disputas passaram a ser travadas também fora dos campos. O contraste entre os times de elite e os times populares começou a ficar mais evidente. Os primeiros, que eram compostos por atletas ingleses e membros da elite, tinham o desejo de manter o status elitista e amador do esporte. Já os times populares, conforme cresciam, absorviam diferentes segmentos sociais e passaram a pagar prêmios e salários aos jogadores – ainda que de forma extraoficial. Jogadores negros e pobres ganharam espaço nos times de várzea e das fábricas, se mostrando habilidosos e inventivos, alterando a identidade de jogo até então vigente que remetia ao estilo de jogo do futebol inglês, baseado na força física.

O embate classista entre elite e operariado à medida em que o futebol se popularizava não ocorreu apenas no Brasil. Na Inglaterra, durante as décadas finais do século XIX, o futebol também foi campo de disputa em uma sociedade que se encontrava em transformação, logo após a II Revolução Industrial.

No Brasil, durante as décadas de 1910 a 1930, o futebol também passou pelo dilema do amadorismo x profissionalismo permeado pela luta de classes, em

---

<sup>24</sup> Inezil P. Marinho. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Cia. Brasil Editora (s.d.). *apud.* Meily Assbú Linhales, *op cit*, p. 74.

uma sociedade que também passava por mudanças e se encontrava em franca instabilidade. Entretanto, na sociedade brasileira, havia um outro elemento que permeou a disputa entre amadores e profissionais: o racismo como impeditivo consciente da prática do futebol por atletas negros.

Negros não eram bem recebidos nos clubes sociais, onde, além da habilidade com os pés, precisavam ter “boas origens”<sup>25</sup>. Uma das formas que os clubes da elite encontravam para manter a prática do esporte como amadora e restringir o acesso aos pobres e negros era a cobrança de uma taxa, na época chamada de joia, a valores impraticáveis para quem não fosse membro da elite. Alguns clubes, como o Botafogo, do Rio de Janeiro, expunham explicitamente em seus estatutos o requisito do atleta não ser ou ter sido profissional de qualquer serviço braçal.<sup>26</sup>

Além da falta de receptividade, como dito anteriormente, havia na época um discurso higienista em torno da prática de esportes, o que fazia com que os clubes da elite procurassem restringir a participação apenas aos seus associados.

As primeiras ligas foram organizadas pelos clubes de elite, o que tornou os primeiros campeonatos completamente excludentes. Como exemplo, tivemos a Liga Bahiana de Desportos Terrestres (LBDT), que congregava clubes criados pelas elites de Salvador e foi disputada entre os anos de 1905 e 1912. A LBDT levava o apelido de “Liga dos Brancos”, justamente por conter em seu estatuto a proibição da presença de atletas negros nos clubes de futebol.<sup>27</sup>

Já no Rio de Janeiro, foi criada em 1905 a Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT), que instituía diversos mecanismos para impossibilitar a participação de atletas que não pertencessem à elite, como o pagamento de taxas mensais e anuais – semelhantes à joia, citada anteriormente.<sup>28</sup>

Contudo, com o processo de popularização da prática do esporte e a criação de clubes suburbanos, o cenário das ligas começou a ser alterado aos poucos. Na Bahia, em 1912, foi criada uma liga pelos clubes menores, com o nome de Liga

---

<sup>25</sup> Mário Filho. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p 36.

<sup>26</sup> Leonardo Afonso Pereira. *Op cit*, p. 60.

<sup>27</sup> Henrique Sena dos Santos. Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador, 1901-1920. **Revista de História do Esporte** 2.1, 2009.

<sup>28</sup> Leonardo Afonso Pereira. *Op cit*, p. 62.

Brasileira de Desportos Terrestres, liga esta que contava com os clubes de caráter mais popular de Salvador e admitia a participação de jogadores negros. Esta liga ficou conhecida pejorativamente pelo nome de “Liga dos Pretinhos”, e constitui um marco para a transição do futebol enquanto espaço de socialização elitista para a socialização popular em Salvador.<sup>29</sup>

Em São Paulo também houve processo semelhante. No ano de 1913 foi criada a Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) como resultado de uma cisão com a já existente Liga Paulista de Futebol, fundada em 1901. A APEA passou a contar com clubes que tinham em seus quadros jogadores negros e pobres e defendiam a discussão sobre a profissionalização do futebol.<sup>30</sup>

Já no Rio de Janeiro, houve o emblemático episódio da Resposta Histórica do Clube de Regatas Vasco da Gama no ano de 1924. O Vasco era um time formado por vários jogadores negros e operários que conquistou o acesso à divisão principal do campeonato carioca organizado pela LMDT, após vencer a divisão inferior no ano de 1922. A base do time vascaíno foi mantida, e no ano seguinte veio o título da divisão de elite do futebol carioca de maneira incontestada, com 11 vitórias em 14 jogos. Foi um golpe duro nos clubes da elite, que responderam à ascensão do clube cruzmaltino criando uma nova liga, a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA). A AMEA impunha ao Vasco da Gama a exigência de retirar do seu elenco 12 jogadores que, de acordo com os dirigentes, não possuíam “condições sociais adequadas para o convívio esportivo”.<sup>31</sup>

A imposição da AMEA foi recusada pela diretoria do Vasco, que divulgou uma carta negando a ordem de abrir mão dos jogadores negros e pobres. Os “Camisas Negras”, como era conhecido o Vasco da Gama em virtude da cor de seu uniforme, não disputaram o torneio da liga paralela no ano seguinte, permanecendo na LMDT e conquistando o seu segundo título no ano de 1924. O sucesso cruzmaltino – que naquele momento começava a se notabilizar como um clube popular, levando grandes públicos aos seus jogos – fez com que o clube fosse admitido na AMEA em 1925. Embora não tenha sido o primeiro clube a admitir

---

<sup>29</sup> Henrique Sena dos Santos. Entre negros e brancos: considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador, 1901-1920. *Recorde: Revista de História do Esporte* 2.1, 2009.

<sup>30</sup> Meily Assbú Linhales, *op cit*, p. 72.

<sup>31</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/deportes/1554498170\\_792322.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/deportes/1554498170_792322.html)

atletas negros em seus times e se voltar contra o racismo explícito no futebol brasileiro, o Vasco constitui um exemplo importante para entendermos que a entrada do negro no futebol brasileiro foi feita por meio de tensões e disputas.

As disputas entre aqueles que pretendiam manter o status elitista e amador do futebol e aqueles que queriam a profissionalização dos jogadores seguiram até o ano de 1933, quando o profissionalismo foi enfim adotado no Brasil, após um processo de crise e esgotamento do modelo amador da gestão do futebol.

## Capítulo 2: A apropriação do futebol pela política cultural Estado Novista

No Brasil, o futebol é assistido e praticado amplamente e por sua relevância enquanto fenômeno social, pode ser considerado um elemento da cultura popular brasileira e um importante fator de identidade nacional.

Sabemos que no processo de construção da identidade nacional, a língua, os costumes, os símbolos nacionais constituem elementos centrais na construção do sentimento de pertencimento à comunidade nacional. Assim, nos projetos estatais de construção de identidades nacionais os eventos esportivos foram muito utilizados justamente pelo seu potencial de mobilização social. Afinal, esses grandes eventos contam com a presença de milhares de cidadãos exaltando os símbolos pátrios. Tão efetivos são os esportes em geral para tais fins, que muitas vezes foram atribuídos a eles o epíteto de tradição nacional.

Uma “tradição inventada”, como assinalou Eric Hobsbawm – inventada tanto por governos autoritários como por regimes democráticos, ainda que em graus diferenciados, Estados buscaram unir sua imagem à do esporte, disseminando uma representação segundo seus interesses. Esse tipo de tradição pode ser explicada como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade, em relação ao passado. (...) As “tradições inventadas” são reações a situações novas que ou assumem a forma de referências a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção de tradições” um assunto da história contemporânea.<sup>32</sup>

E se o amor aos esportes casa-se muito bem com o amor aos símbolos nacionais, ainda mais vantagens tem o futebol, que permite aos grupos populares um contato mais íntimo com esses símbolos. Segundo o sociólogo Richard Giulianotti:

---

<sup>32</sup> Eric Hobsbawm. Introdução. In: Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Orgs.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9-23.

O futebol é uma das grandes instituições culturais, como a educação e os meios de comunicação de massa, que formam e consolidam identidades nacionais do mundo inteiro. A difusão internacional do futebol durante o final do século XIX e o início do século XX ocorreu quando a maior parte das nações na Europa e na América Latina estava negociando suas fronteiras e formulando suas identidades culturais. (...) De maneira mais influente, a cultura popular fornecia esses recursos com componentes estéticos e ideológicos. Eventos esportivos, principalmente partidas de futebol, tornaram-se os colaboradores mais importantes. Times de futebol de diferentes partes do país podem representar localidades rivais, mas dentro de uma estrutura unificadora de um sistema de liga nacional. Nos internacionais, o time incorpora a nação moderna.<sup>33</sup>

O uso do futebol para a exaltação da nacionalidade também ocorreu no Brasil. Hoje, o esporte é um importante espaço de sociabilidade, repleto de riquezas simbólicas, e constitui uma forma de manifestação cultural já inserida no imaginário coletivo. É experimentado como fenômeno de massa e com um sentimento de intimidade, como sintetizado por Roberto DaMatta, são como momentos de “carnaval cívico”.<sup>34</sup>

A popularização e a massificação do esporte no país se deu na primeira metade do século XX, quando “tornou-se” uma tradição nacional, uma invenção de tradição do tipo política,<sup>35</sup> muito desenvolvida pela ditadura do Estado Novo (1937-1945).

O governo de Getúlio Vargas visava a formação de uma identidade nacional e a construir uma proximidade com os trabalhadores. Para isso, o Estado passou a atuar fortemente no âmbito da cultura, valorizando as manifestações mais populares da época, como o samba, o carnaval e o futebol.

Nos 15 anos da Era Vargas, o Brasil presenciou uma série de mudanças que reestruturaram a vida política, econômica, social e cultural do país. No que se refere à cultura, esse período marcou a promoção do samba e do futebol como elementos fundamentais para uma nova definição da identidade nacional. O samba, nascido junto às camadas populares, conquistava as elites; o futebol, que havia sido um esporte aristocrático em sua chegada ao país, tornara-se uma das maiores paixões das camadas populares. Ambos, no entanto, foram elevados a símbolos do que era ser

---

<sup>33</sup> Richard Giulianotti. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p. 42.

<sup>34</sup> Roberto DaMatta. (org). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982. p. 34.

<sup>35</sup> Eric Hobsbawm distingue as invenções de tradições entre políticas e sociais. As invenções políticas seriam produzidas por movimentos organizados ou pelos próprios Estados, enquanto as invenções sociais seriam fruto de grupos sem organização formal ou sem um objetivo político específico. Eric Hobsbawm. *Op cit*, p. 9-23.

brasileiro. Foi justamente essa proximidade do povo e sua identificação com a nação que aproximou o esporte ao projeto Vargasista. No novo governo, a construção da pátria e de um novo ideal de nacionalidade brasileira era o cerne do plano oficial para a cultura nacional.<sup>36</sup>

De fato, durante o governo de Getúlio Vargas, a dimensão cultural se tornou uma área estratégica de atuação do Estado. Ainda em 1934, Vargas defendera a necessidade de o Governo associar o rádio, o cinema e os esportes em um sistema articulado de “educação mental, moral e higiênica”, ideia que começou a ser trabalhada no ano seguinte. Como um dos resultados houve a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em dezembro de 1939.<sup>37</sup>

Por um dispositivo da Constituição Federal de 1937, a imprensa passou a ser subordinada ao poder público. O ideólogo da Carta Magna, Francisco Campos, defendeu a função pública da imprensa, argumentando que o controle do Estado é que iria garantir a comunicação direta entre o governo e o conjunto da sociedade. A imprensa teria como que uma “função legislativa”, uma vez ela poderia consultar cotidianamente os interesses do povo. O jornal da **A Manhã**, porta-voz oficial do governo, efetuava uma série de inquéritos populares sobre a política do governo, publicados com o título; “A rua com a Palavra”.<sup>38</sup>

Caberia ao Estado consultar diretamente o povo nas suas mais legítimas aspirações, e o chefe do Estado sintetizaria a alma nacional. Por isso o governo incorporou muitas organizações culturais como a Rádio Nacional, os jornais **A Manhã** (Rio de Janeiro) e **A Noite** (São Paulo). Pela emissora de rádio, o Regime buscou monopolizar a audiência popular, contratando inclusive equipe exclusiva de cantores, realizando concursos de música e realizando transmissões de partidas de futebol.<sup>39</sup>

Uma das preocupações marcantes dos ideólogos do Estado Novo era mostrar que o regime não era mero produto político, mas possuía sólida base cultural. Ou

---

<sup>36</sup> Mauricio Drumond. “O esporte como política de Estado: Vargas”. In: Mary Del Priore; Victor Andrade de Melo (org.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 213-244.

<sup>37</sup> Monica Pimenta Velloso. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: Lucília de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 157.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 158.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 159.



seja, a instauração do regime excedia o âmbito político, uma vez que visava concretizar os anseios de renovação nacional. Anseios que estariam presentes há algum tempo na coletividade, manifestando-se em todos os domínios da vida cultural.<sup>40</sup>

Se na Primeira República não houve políticas públicas para a inserção de todos à cidadania, ao Estado Novo cabia guiar a renovação nacional, o que fundamentava a intervenção do Estado na organização social, realizando o papel de “salvador” da identidade nacional, atuando por meio de auxílios discretos (subvenções, doações, apoios) à intervenção organizada e centralizadora, o Estado sempre impôs a sua presença nos domínios da cultura.<sup>41</sup> Como grande ferramenta para o alcance das “massas”, Vargas buscou incorporar o futebol à nova ordem institucional, como podemos perceber em suas palavras:

Os desportos, sobretudo o futebol, exercem uma função social importante. A paixão desportiva tem poder miraculoso para conciliar até o ânimo dos integralistas com o dos comunistas ou, pelo menos, para amortecer transitoriamente suas incompatibilidades ideológicas. (...) É preciso coordenar e disciplinar essas forças, que avigoram a unidade da consciência nacional.<sup>42</sup>

O incentivo ao futebol, “bem cultural genuinamente nacional”, evidencia-se em diversas ocasiões durante a Era Vargas. Foi naquele momento que a seleção brasileira de futebol foi elevada ao patamar de símbolo nacional aos olhos do povo brasileiro, sendo suas vitórias comemoradas como vitórias da pátria, e suas derrotas sentidas com igual peso.

Exemplo dessa relação é a participação do selecionado brasileiro na Copa do Mundo de 1938, realizada na França. Nas duas edições anteriores da Copa do Mundo, o Brasil fracassou em suas participações, muito em virtude das disputas internas entre federações, constantes no futebol brasileiro, durante a primeira metade da década de 1930. Porém, em 1938, após um processo de “pacificação” das entidades, promovido com a atuação direta do governo em 1937, o país pode contar com todos os seus principais jogadores para o torneio. A seleção brasileira embarcou rumo à Europa com grande expectativa da população. Foi também um

---

<sup>40</sup> Monica Pimenta Velloso. *op cit*, p. 171.

<sup>41</sup> *Idem*, p. 175.

<sup>42</sup> Getúlio Vargas *apud* João Lyra Filho. **Introdução à psicologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Record, 1983. p. 128.

momento de aproximação explícita de Getúlio Vargas com o futebol, ao recepcionar pessoalmente os atletas no Palácio do Catete, antes do embarque do time rumo à França e através da ida de sua filha, Alzira Vargas, como madrinha da delegação, a convite da Confederação Brasileira de Desportos (CBD).

A imprensa esportiva também teve um grande papel para inflar o sentimento de unidade nacional em torno do futebol durante a Copa do Mundo. Em matéria publicada na véspera da estreia brasileira, lê-se:

Todo o Brasil, esportivo ou não, estará com sua atenção concentrada, amanhã, na estréia dos brasileiros na III 'Taça do Mundo'. Jamais a alma do povo brasileiro vibrou tanto em torno da campanha de uma representação nacional numa competição esportiva no estrangeiro, e a ansiedade é plenamente justificável, pois pela primeira vez nos empenhamos seriamente em rumar para o outro lado do Atlântico perfeitamente organizados e contando com o apoio moral e material de toda a nação. (...) <sup>43</sup>

Nota-se no discurso que a unificação da seleção brasileira de futebol passou a simbolizar a unificação do próprio país. Era a ideia expressa de que com um país unido seríamos mais fortes no campo e enquanto povo.

Outro ponto importante sobre a participação do Brasil na Copa da França é que, pela primeira vez, os jogos foram transmitidos via rádio, veículo de comunicação mais importante no Regime Vargasista. Em alguns lugares, como em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, o Departamento de Propaganda instalou autofalantes em vários lugares da cidade para que a população pudesse ouvir os jogos. <sup>44</sup> Era o poder público atuando ativamente na difusão do futebol enquanto bem cultural.

A seleção brasileira de futebol correspondeu às expectativas criadas em torno de sua participação, indo até as semifinais e sendo eliminada pela seleção italiana. Apesar da derrota para os italianos, o sentimento dos torcedores era de satisfação com a participação do time brasileiro no torneio. Jogadores como Leônidas da Silva e Domingos da Guia voltaram ao país com o status de “heróis nacionais”, e a presença de jogadores negros no time – caso dos acima citados –

---

<sup>43</sup> Todas as atenções voltadas para a estréia dos brasileiros na "Taça do Mundo", "A Gazeta", São Paulo, 04/06/1938, p. 11. *Apud* Plínio José Labriola Negreiros. O Futebol e a Identidade Nacional: o caso da Copa de 1938. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, año 3, Nº 10. Buenos Aires. Mayo, 1998.

<sup>44</sup> Plínio José Labriola de C. Negreiros, *op cit.*

foi apresentada e valorizada como símbolo da democracia racial.

Gilberto Freyre, após a vitória sobre a Tchecoslováquia nas quartas de final, realizou o seguinte comentário: “Creio que uma das condições de vitória dos brasileiros nos encontros europeus, prende-se ao fato de termos tido a coragem de mandar à Europa desta vez um *team* francamente afro-brasileiro. Tomem os arianistas nota disto”.<sup>45</sup>

O sucesso do futebol foi tomado como o sucesso da nação e os jogadores passaram a ser exemplo do tipo de pessoa “ideal” – trabalhadores, disciplinados, negros e brancos convivendo harmonicamente juntos numa suposta democracia racial. As autoridades procuraram capitalizar o sucesso do time nacional. O então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, redigiu o seguinte telegrama ao chefe da delegação brasileira, após a derrota da seleção para os italianos:

Dr. Castello Branco — Delegação Esportiva Brasileira — Marselha ou Paris — Mando efusivas congratulações aos bravos jogadores brasileiros pela alta demonstração de resistência e pugnacidade agora reveladas em tantas competições. Perdendo hoje para um valoroso adversário, os nossos rapazes não desmerecem da confiança com que temos acompanhado sua atuação. Esta sucessão vertiginosa de pelejas duramente combatidas foi uma afirmação admirável do Brasil, a cujo esporte estão asseguradas muitas e belas glórias futuras. Gustavo Capanema, Ministro da Educação.<sup>46</sup>

Sob o argumento de cuidar bem de uma prática cultural tão valiosa para o povo brasileiro, o Governo Vargas fez muitas intervenções no futebol mudando o curso do desenvolvimento desta prática social, mesmo antes do Estado Novo.

Vimos no primeiro capítulo que as práticas organizacionais do esporte se deram sob um caráter liberal até 1930, quando predominava a autonomia dos dirigentes de clubes e associações, a liberdade de organização, a iniciativa privada em detrimento da intervenção estatal. Ocorre que, em tal configuração o futebol era espaço de potenciais conflitos, justamente pelo grau de autonomia de que gozavam os dirigentes, sobretudo dos clubes.

No contexto do projeto político-social Varguista, baseado na harmonia social, na mediação dos conflitos sociais, o Estado foi intervindo cada vez mais nos esportes, na oficialização das entidades e associações, na disposição hierárquica,

<sup>45</sup> Um team afro brasileiro..., **Correio da Manhã**, Rio, 15/06/1938, p. 6. *Apud* Plínio José Labriola Negreiros. *op cit.*

<sup>46</sup> O ministro Capanema telegrafou à delegação, **A Gazeta**, São Paulo, 17/06/1938, p. 7. *Apud* Plínio José Labriola de C. Negreiros, *op cit.*

na ordenamento e disciplinarização do setor esportivo,

Em 1935, foi delegado à Censura Policial, órgão ligado ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o poder de aplicar aos clubes de futebol as mesmas regras aplicadas a outras diversões públicas como os teatros e cinemas. À Censura foi determinada a função de examinar os contratos dos jogadores profissionais junto a seus clubes, assim como as transferências. A medida era vista como uma forma de controlar o profissionalismo, à época recém oficializado no futebol brasileiro.<sup>47</sup>

Com a implantação da Ditadura Vargasista, a intervenção do Estado foi aumentando progressivamente concomitante ao endurecimento do regime. Passo marcante nesse sentido foi a criação da Comissão Nacional dos Desportos (CND), em 1939, através do Decreto-Lei nº 1.056/1939,<sup>48</sup> sob a justificativa de que o esporte precisava ser ordenado e disciplinarizado. A Comissão era composta por cinco membros indicados diretamente pelo Presidente da República e tinha como objetivo formular uma nova estrutura para o esporte nacional.

Essa estruturação oficial ficou materializada no Decreto-Lei nº 3.199, de 1941, que estabelecia as bases de organização dos desportos no país.<sup>49</sup> Tal decreto constituiu-se no instrumento de controle de todos os desportos no Brasil. Através dele foi criado o Conselho Nacional dos Desportos (CND), órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual era subordinada toda uma cadeia de confederações (por esporte) e federações (por unidade territorial), dentre elas a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), responsável pelo futebol, tênis, atletismo, remo, natação, saltos, polo aquático, voleibol e handebol. O Conselho, de forma semelhante à Comissão instituída dois anos antes, era composto por cinco membros indicados diretamente por Getúlio Vargas.

---

<sup>47</sup> Jorge Miguel A. Soares. **Justiça desportiva: o Estado Novo entra em campo (1941-1945)**. 2016, p.69.

<sup>48</sup> Decreto-Lei nº1.056 de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1056-19-janeiro-1939-349204-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20a%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art.>> Acesso em: 20 set. 22.

<sup>49</sup> Decreto-Lei nº3.199 de 1941. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 set. 22.

A indicação de pessoas alinhadas ao regime e próximas ao presidente Vargas para os cargos de comando das entidades representativas organizadoras do desporto brasileiro era uma forma de monitoramento do setor esportivo. Como esclarece Jorge Miguel Acosta Soares,

Antigas lideranças, como Arnaldo Guinle, ex-presidente da CBD, estavam perdendo influência na burocracia, e assistiam à ascensão de novos dirigentes: Manoel do Nascimento Vargas Neto, Luiz Aranha, Rivadávia Corrêa Meyer e João Lyra Filho. As relações de Getúlio Vargas com os novos dirigentes do futebol iam muito além da simples afinidade política. Manoel do Nascimento Vargas Neto, filho de Viriato Dorneles Vargas e sobrinho do presidente Getúlio Vargas, viria a se tornar mais tarde o presidente da FMF do Rio de Janeiro e deputado federal constituinte em 1946 com apoio do tio. Luiz Aranha, dirigente do Botafogo, seria eleito presidente da CBD. Aranha havia participado ativamente da Revolução de 1930, e era irmão de Oswaldo Aranha, este, amigo íntimo e ministro de Vargas entre 1930 e 1945.<sup>50</sup>

Segundo Soares, pessoas alinhadas ao regime ocupando os cargos-chaves do futebol fazia com que os interesses do governo prevalecessem nas decisões dos bastidores, sem que isso fosse publicizado, o que ajudou para intervenções mais diretas.

Por fim, o esporte passou a integrar a estrutura do Estado, que começou a controlar toda a vida associativa, administrativa e financeira de suas agremiações e entidades representativas. Os clubes passaram a integrar uma estrutura centralizada, corporativista e hierarquizada, que tinha como finalidade suprimir as lutas internas e pacificar os eventuais conflitos dos dirigentes, de acordo com os interesses governamentais. Havia pouco espaço para oposição, uma vez que a construção da estrutura se deu de forma impositiva e contou com a adesão dos dirigentes do projeto.<sup>51</sup>

Uma característica a ser destacada no Decreto-Lei nº 3.199/1941 é a ênfase do “caráter nacionalista” de suas deliberações. Como exemplo podemos citar o Art. 45 que previa a constituição de um “plano de nacionalização e uniformização das expressões utilizadas nos desportos”.<sup>52</sup> Nesse sentido, muitas expressões em inglês que eram usadas no futebol foram substituídas ou aportuguesadas como *corner* (escanteio), *goal* (gol), *penalty* (pênalti) e *center-forward* (centroavante), entre

<sup>50</sup> Jorge Miguel A. Soares. *Op cit*, p.84.

<sup>51</sup> *idem*, p.26.

<sup>52</sup> Decreto-Lei nº 3.199, art. 45.

outras.

O decreto também estipulava o limite de atletas estrangeiros a um por equipe, e os treinadores estrangeiros necessitavam de autorização especial para trabalharem nos clubes. Com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo e a entrada do país na II Guerra Mundial, houve um endurecimento das normas relativas à nacionalidade de alemães, japoneses e italianos, que foram proibidos de participar da direção de clubes. Alguns clubes tiveram que trocar seus nomes, casos do Palestra Itália, de São Paulo, que passou a se chamar Palmeiras, e do então também Palestra Itália, de Belo Horizonte, que passou a se chamar Cruzeiro.

Outro destaque a ser feito sobre o mesmo decreto é que ele proibiu às mulheres a prática do futebol e de outros esportes considerados alheios à “natureza feminina”.<sup>53</sup>

Claro que tantos ordenamentos e controles levaram à perda da autonomia de que gozavam os dirigentes do esporte brasileiro. Em contrapartida, o Estado buscou instituir mecanismos de compensação para os clubes, como incentivos e isenções fiscais, o que facilitou o processo de adesão dos dirigentes ao novo ordenamento.

O sistema esportivo criado durante a Ditadura Vargas perdurou por todo o período democrático, de 1946 e 1964, e adentrou a Ditadura Militar. O poder das confederações, sobretudo a CBD, que ganhara relevância devido ao futebol, foi consolidada neste período.<sup>54</sup>

---

<sup>53</sup> Decreto-Lei nº 3.199 Art. 54.

<sup>54</sup> Meily Assbú Linhales. *Op cit*, p. 117.

### Capítulo 3: O futebol no projeto político da Ditadura Militar

Outro momento da República Brasileira no qual o futebol foi utilizado com instrumento de aproximação cultural entre Estado autoritário e sociedade foi o da Ditadura Militar (1964 a 1985).

Como o Golpe de Abril de 1964 se dera em nome do ordenamento da política nacional, do combate à corrupção e à ameaça comunista, de imediato os militares cancelaram um amistoso marcado contra a União Soviética pela CBD, que preparava um grande torneio de futebol para maio de 1964, no Brasil.

A entidade completava 50 anos e realizaria a Taça das Nações, torneio amistoso com jogos nos estádios do Maracanã (RJ) e no Pacaembu (SP). URSS, Argentina e Inglaterra eram os times convidados para a comemoração. Os militares pressionaram para que a URSS fosse expulsa do torneio e o presidente da Confederação, João Havelange, a substituiu por Portugal.

Ainda que este fato tenha ocorrido em 1964, até a Copa do Mundo de 1966 o envolvimento dos militares no futebol foi meramente protocolar. Mas o fracasso da Seleção Brasileira na competição de 66 (a pior participação do Brasil na história do torneio) causou uma crise no futebol nacional, que vinha de dois títulos mundiais seguidos, o que incomodou os militares ao ponto de ser organizada uma comissão para investigar os motivos da derrota. João Havelange, na época presidente da CBD, passou a sofrer pressões externas e passou ele mesmo a conduzir uma adesão gradual ao projeto dos militares.<sup>55</sup>

O início da intervenção direta veio por meio da Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969, que tornou competência da União legislar sobre as normas relativas ao desporto.<sup>56</sup> A partir disto, foi adotado um modelo tecnocrático e centralista de condução dos órgãos das modalidades esportivas no Brasil, passando aos militares o controle das ações políticas e administrativas do esporte, incorporando-o assim à ideologia do regime vigente.

Após a posse na presidência do General Emílio Garrastazu Médici, as relações entre a Ditadura Militar e o futebol se intensificaram. Médici era um

---

<sup>55</sup> Marcos Guterman. **O futebol explica o Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 52.

<sup>56</sup> Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969.

aficionado por futebol e utilizou de sua paixão pessoal diversas vezes para fins propagandísticos, seguindo inclusive a recomendação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) do Regime Militar.

A AERP foi criada em 1968 especificamente para coordenar a comunicação entre o governo, as organizações governamentais e a população em geral, como esforço para obter um sistema político integrado que permitisse a execução do projeto militar. Durante o governo Médici, a agência procurou promover ideias cívicas sem necessariamente fazer discursos abertamente políticos.<sup>57</sup>

Para a AERP, a relação entre Médici e o futebol seria um instrumento importante para aproximação do regime junto às camadas populares. Como dito anteriormente, a má participação do Brasil na Copa do Mundo de 1966 gerou descontentamento entre os militares, pois ao fato poderia associar-se a ideia de incompetência na gestão do esporte. João Havelange, então presidente da CBD, sob suspeita de corrupção passou a ser pressionado com pedidos de CPI vindos do poder Legislativo e acompanhado de perto pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).<sup>58</sup>

Em resposta, Havelange demitiu a comissão técnica da seleção de futebol e criou uma Comissão Seleccionadora Nacional (Cosená), composta de dirigentes das federações, em maior parte ligados a políticos e militares, o que agradou a cúpula do governo. O técnico campeão do mundo em 1962, Aymoré Moreira, foi o escolhido para assumir o comando da seleção. Entretanto, após uma sequência de resultados ruins em 1968, Havelange extinguiu a Cosená e demitiu o técnico Aymoré Moreira, substituindo-o pelo jornalista João Saldanha.<sup>59</sup>

Saldanha era jornalista e conhecido por ser um dos maiores críticos do desempenho da seleção e era assumidamente comunista. A decisão arrojada de Havelange em colocá-lo no comando da seleção deu certo no início. Apesar do descontentamento dos militares, João Saldanha conseguiu êxito no primeiro ano à

---

<sup>57</sup> Heloiza Matos. **O discurso político oculto na comunicação do Governo Médici**. São Paulo: Líbero, ano VI, n. 12, 2002.

<sup>58</sup> Daniel de Araujo dos Santos. **Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012, p. 66.

<sup>59</sup> Carlos Eduardo Sarmento. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 123-125.



frente da seleção, tendo convocado uma série de jovens jogadores que ficaram conhecidos como “as Feras do Saldanha”. Com ele, a seleção venceu todos os jogos das eliminatórias e classificou-se para a Copa do Mundo do México, que seria disputada em 1970.

A seleção de Saldanha era também um sucesso de público, tendo no seu jogo mais emblemático levado 183 mil pessoas ao Maracanã – registrado até hoje como o maior público pagante da história do futebol – em partida disputada contra o Paraguai, em 1969. Mas nesta mesma partida contra o Paraguai Saldanha teve ríspida discussão com o General Elói Menezes, membro do Conselho Nacional dos Desportos (CND), que pediu a Saldanha e ao seu time que, antes do jogo, fizessem um gesto de apoio ao então Presidente Artur da Costa e Silva, que havia sofrido um Acidente Vascular Cerebral. Saldanha negou-se a atender o General.<sup>60</sup>

Por outro lado, os resultados seguintes de Saldanha à frente do selecionado nacional não continuaram tendo o mesmo êxito. Uma série de conflitos com jogadores, inclusive a principal estrela do Brasil à época, Pelé, treinadores e dirigentes, além do mau desempenho da seleção nos jogos que antecederiam a Copa encurtaram o trabalho de Saldanha, que foi demitido poucos meses antes do início do torneio.<sup>61</sup>

As circunstâncias envolvendo a demissão de João Saldanha até hoje geram discussão no futebol brasileiro sobre a possível relação dos militares com o episódio. Saldanha teria tido desentendimentos até com o então presidente Médici, que achava que o atacante Dário, conhecido como “Dadá Maravilha”, do Clube Atlético Mineiro, deveria ser convocado. No dia de sua demissão, João Saldanha disse aos jornalistas que havia respondido a uma suposta sugestão do Presidente com a célebre frase “O senhor escala o seu Ministério e eu escalo o meu time”.<sup>62</sup>

Segundo Marcos Guterman, havia a preocupação dos militares com a imagem internacional do regime e temia-se que Saldanha estivesse levando ao exterior documentos que denunciasses a violência do governo ditatorial, apesar da

---

<sup>60</sup> Carlos Eduardo Sarmiento. *Op cit*, p.125.

<sup>61</sup> Marcos Guterman. *O futebol explica o Brasil: o caso da Copa de 70*. 2006. 140 f. Dissertação(Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 76.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 86.

negativa oficial.<sup>63</sup> A Revista **Placar** registrou como motivos para a demissão do treinador as brigas com a comissão técnica, o excesso de liberdade tática dos jogadores, a falta de organização tática e o interesse do Governo pela seleção.<sup>64</sup>

Apesar das suspeitas, Guterman afirma não existirem fontes conclusivas que apontem para uma interferência direta da Ditadura Militar na demissão de João Saldanha do comando técnico da seleção. Fato é que, após a saída dele, Havelange promoveu uma forte militarização na delegação brasileira, com a indicação do Major-Brigadeiro Jerônimo Bastos como chefe, auxiliado pelo Major Ipiranga Guarany. Mário Jorge Lobo Zagallo seria o técnico com a assistência da preparação física de oficiais formados na Escola de Educação Física do Exército.<sup>65</sup>

O dia 31 de maio de 1970 marcou o início da Copa do Mundo do México, e a seleção brasileira chegou à competição com o status de ser uma das favoritas. O Presidente Médici, como costume dos presidentes brasileiros, recepcionou os jogadores antes da viagem do time ao México. Muito além do protocolo, o Presidente procurou capitalizar ao máximo a imagem da seleção brasileira, vinculando-a ao regime e a si mesmo.

Durante as comemorações pela vitória da Copa de 70, Médici abriu as portas do Palácio da Alvorada para a entrada do público, enviou telegramas para a delegação brasileira e apareceu na televisão fazendo embaixadinhas. Naquele momento, a TV era o principal meio de divulgação do discurso do regime e de sua propaganda.

Na volta dos jogadores ao Brasil, Médici os recepcionou tirando diversas fotos segurando a taça Jules Rimet, que foram amplamente divulgadas pelos meios de comunicação.<sup>66</sup> O esforço do Presidente em se aproximar dos brasileiros também pode ser observado nos seus discursos. No dia da vitória na Copa, Presidente pronunciou a seguinte mensagem:

Na hora em que a Seleção Nacional de Futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam no Presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como um

---

<sup>63</sup> *Idem*, p. 87.

<sup>64</sup> Revista **Placar**, 20 mar. 1970, nº1, p. 8.

<sup>65</sup> Daniel de Araujo dos Santos. *Op cit*, p. 68.

<sup>66</sup> Marcos Guterman. *Op cit*, p. 62.

brasileiro que acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração do que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.<sup>67</sup>

Nota-se pelo discurso, além do ufanismo característico da celebração do título da seleção, o esforço de construção da imagem de um presidente próximo ao povo, como um “homem comum”, “um popular” que sente o mesmo pelo povo. Em seguida, o Presidente associou a vitória ao próprio modelo de sociedade que era propagado pela Ditadura.

Na vitória esportiva, a prevalência de princípios que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. É desse ciclo a nossa conquista, a vitória da unidade e da conquista de esforços. A vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e serenidade dos capacitados, da técnica, do preparo físico e da categoria.<sup>68</sup>

Ou seja, a vitória foi atribuída “aos capacitados, aos técnicos”, tal como os militares se autoprojetavam. Médici destacou ainda o papel dos jogadores que representaram o ideal de civilidade: “Mas é preciso que se diga, sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva.”<sup>69</sup>

É possível identificar durante o discurso valores pregados pela lógica dos militares. É reforçada durante todo o tempo a ideia da unidade coletiva em torno de um objetivo que seria atingido através do trabalho, do esforço, sem conflitos; ou seja, com acatamento das normas vigentes e com humildade. É quase como um trabalho pedagógico. Na própria marchinha que embalou a conquista da seleção é possível encontrar a noção de fusão harmoniosa entre o Brasil (o regime que o conduz) e os brasileiros, uma vez que estão todos unidos na mesma emoção, no apoio à seleção:

Noventa milhões em ação/ Pra frente Brasil, do meu coração/ Todos juntos, vamos pra frente Brasil/ Salve a seleção!/ De repente é aquela corrente pra frente,/ parece que todo o Brasil deu a mão!/ Todos ligados na mesma emoção,/ tudo é um só coração!/ Todos juntos vamos pra frente Brasil!/ Salve a seleção!<sup>70</sup>

<sup>67</sup> “**O valor do homem brasileiro**”, Mensagem do Presidente Médici ao povo brasileiro, quando da vitória da Seleção no Campeonato Mundial de Futebol, a 21-6-1970. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970>. Acesso em: 18 set. 22.

<sup>68</sup> *Idem.*

<sup>69</sup> *Idem.*

<sup>70</sup> Daniel de Araujo dos Santos. *Op cit*, p. 69.

Aos olhos do mundo, o tricampeonato em 1970 elevava o futebol brasileiro ao auge e tal sucesso foi devidamente capitalizado pela Ditadura Militar, que não só continuou a utilizar o esporte como propaganda do Regime, mas inventando novas estratégias de ganhos políticos com o mesmo.

Dias após o tricampeonato, foi assinado pelo Presidente Médici o Decreto-Lei nº 1.106/70, que instituía o Programa de Integração Nacional (PIN). O projeto anunciava o objetivo de criar uma maior unidade entre as diferentes regiões do Brasil, dando atenção especial a obras de infraestrutura econômica e social nas regiões Norte e Nordeste do país. A política de expansão da fronteira agrícola e a construção da rodovia Transamazônica, foram ações de destaque deste programa desenvolvimentista.<sup>71</sup>

O momento coincidia com o da grande evidência do futebol devido à conquista recente da Copa do Mundo. Assim, o futebol não ficaria de fora do discurso da integração nacional.

Devido às condições econômicas e ao tamanho do território brasileiro, o futebol de clubes no Brasil se desenvolveu de forma regionalizada, sem muita integração. Isto, porque até o final dos anos 1960 era inviável economicamente para os clubes se deslocarem regularmente nas longas distâncias do território nacional.

Enquanto em países de dimensões territoriais menores como Argentina, Uruguai ou Inglaterra Campeonatos Nacionais congregando clubes de diferentes regiões do país eram disputados há décadas, no Brasil este tipo de competição era inviabilizado. Os principais campeonatos que preenchiam os calendários dos clubes do Brasil eram os campeonatos estaduais e os regionais, como o Torneio Rio-São Paulo.

O desejo de integrar o futebol de clubes no Brasil era antigo e já tinha sido objeto de tentativas. Por exemplo, a Taça Brasil foi disputada entre os anos de 1959 e 1968, quando foi substituída pelo Torneio Roberto Gomes Pedrosa, popularmente conhecido como Robertão. Uma versão ampliada do Torneio Rio-São Paulo, que

---

<sup>71</sup> Alzira Alves de Abreu. **Programa de Integração Nacional (PIN)**. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>> Acesso em: 18 set. 22.

congregava apenas os maiores clubes do país à época e que não eram necessariamente os campeões estaduais do ano anterior.

O Robertão – ou Taça de Prata, para a CBD – foi um sucesso de público e de crítica. Entretanto, o torneio ainda não era um Campeonato que se pudesse chamar de “Brasileiro”. Tanto que na matéria da Revista **Placar**, semanário esportivo do grupo Abril lançada em março de 1970, estampava a manchete: “O Robertão é quase um Campeonato Nacional. O Campeonato Nacional é nossa solução”.

Para essa matéria foram entrevistados diversos técnicos do futebol brasileiro, que opinaram sobre o torneio. Zagallo, recém campeão do mundo como técnico da seleção de futebol, afirmou que o Robertão era “quase um Campeonato Nacional”, pontuando alguns problemas de calendário e de viagens. Já o técnico Duque, do Santa Cruz, destacava os benefícios econômicos a serem alcançados com a criação de um Campeonato Nacional mais abrangente, que segundo ele seria a “solução para a integração nacional”.<sup>72</sup>

Segundo o historiador Daniel dos Santos, a pressão feita pela Revista **Placar** e por outros veículos de imprensa ao longo de 1970 repercutiu entre dirigentes e chegou até Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e Cultura, que enviou ao CND uma série de propostas para reformar a estrutura do esporte brasileiro, que ainda era regido pelo Decreto-Lei 3.199/1941, desde a Ditadura Vargas.<sup>73</sup>

E assim, o Campeonato Brasileiro de Futebol foi implantado pelo Regime Militar em 1971, inserido no discurso e na política de integração nacional. O torneio foi viabilizado pelo governo através do Ministério da Educação e Cultura, que destinou recursos para as viagens e hospedagens dos times do campeonato advindos da Loteria Esportiva, criada em 1969.

Porém, apesar da nova roupagem, o campeonato se assemelhava bastante ao Robertão do ano anterior, pois mantinha o mesmo número de clubes (vinte) e adicionando apenas o estado do Ceará ao certame.

---

<sup>72</sup> Revista **Placar**, 9 out. 1970, nº30, p. 40.

<sup>73</sup> Daniel de Araujo dos Santos, *Op cit*, p. 77-84.

A falta de representatividade do torneio gerou críticas e irritou alguns dirigentes. Por exemplo, o presidente do Goiás Esporte Clube, apoiado pelo Governador do estado, tomou a iniciativa de criar o Torneio de Integração Nacional – ainda em 1971, em clara alusão à política de Médici, expondo que o novo certame criado pela CBD não era realmente integralizador. O campeonato paralelo contou com times goianos e de outros quatro estados que não estavam representados no campeonato nacional.<sup>74</sup>

No ano seguinte, alinhando o campeonato ao discurso do governo, foram adicionados outros seis times de cinco novos estados, sendo três do Nordeste e dois do Norte, região que não tinha representação no Campeonato Nacional até então. Até 1975, o número de clubes a disputar o torneio chegaria aos quarenta e dois, e em 1979, todos os estados com exceção ao Acre estavam representados no Campeonato Nacional.<sup>75</sup>

Com a expansão do número de clubes e estados representados no campeonato nacional e com os subsídios dados pelo governo, houve na década de 1970 uma verdadeira febre de construção e inauguração de novos estádios de futebol e ampliação da capacidade de estádios já construídos. Por exemplo, entre os anos de 1971 e 1973, foram inaugurados na região Nordeste grandes estádios como o Mundão do Arruda, no Recife (com capacidade para 110 mil pessoas); o Castelão, em Fortaleza (que chegou a receber um público de 118 mil pagantes); e foi ampliada de 50 mil para 110 mil a capacidade do estádio Fonte Nova, localizado em Salvador.<sup>76</sup>

Certamente, a expansão e a projeção nacional do futebol no Brasil foram muito incrementadas com a criação e o patrocínio do Campeonato nacional de Futebol em 1971. Aumentou muitíssimo também, o uso político desse esporte pelo Regime Militar, sobretudo após a saída de João Havelange.

Quando Havelange deixou o comando da CBD para assumir a presidência da FIFA, em 1975, foi substituído pelo Almirante Heleno Nunes, que além de

---

<sup>74</sup> *Idem*, p. 84-88.

<sup>75</sup> *Idem*, p. 100.

<sup>76</sup> Gilmar Mascarenhas. Um Brasil que se foi: o país dos estádios gigantes. **Ludopédio**, São Paulo, v. 110, n. 28, 2018. Disponível em: < <https://ludopedio.org.br/arquibancada/um-brasil-que-se-foi-o-pais-dos-estadios-gigantes/> > Acesso em: 18 set. 22.

militar era político ligado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que dava sustentação política à Ditadura no âmbito Legislativo.

Em relação à estrutura política e administrativa da CBD, bem como em relação ao Campeonato Brasileiro, a gestão de Heleno Nunes pode ser caracterizada pelo extremo centralismo e pelo uso das estruturas desportivas para servir à finalidades políticas do Regime Militar. Além disso, os clubes perderam representatividade política, vendo-se submetidos a acordos feitos entre um grupo restrito de presidentes de federações, em sua maioria políticos com base eleitoral no interior do país, redutos da ARENA.<sup>77</sup>

Quando Heleno Nunes assumiu a CBD, o General Ernesto Geisel era o presidente do país e já havia anunciado o projeto de Distensão Política “lenta, gradual e segura”. O plano de Abertura de Geisel envolvia a sua legitimação nas urnas, porém, as eleições de 1974 apresentaram um resultado preocupante para o partido governista.

Entendeu-se que era necessário fortalecer politicamente a ARENA e Heleno Nunes procurou utilizar-se do futebol para isso. A estratégia adotada foi a de adicionar ao campeonato nacional de futebol clubes de diferentes locais do Brasil visando à obtenção de dividendos políticos para dirigentes e políticos ligados à ARENA, muitas vezes sem obedecer a critérios técnicos.<sup>78</sup>

Embora a justificativa ainda fosse a integração nacional, a politização do Campeonato Brasileiro tornou-se evidente, dando origem à frase atribuída ao Almirante Heleno: “Onde a Arena vai mal, mais um time no Nacional; e onde a Arena vai bem, mais um time também”.<sup>79</sup> Em 1979, o campeonato nacional estava inchado, pois contava com 94 clubes.<sup>80</sup>

A política clientelista conduzida por Heleno Nunes fica evidente na aprovação da Lei nº 6.251/1975, que instituiu o voto unitário para clubes e federações esportivas. A lei, que veio como uma reformulação do Decreto-Lei 3.199/1941, estipulava o voto unitário para clubes e federações, o que significava

---

<sup>77</sup> Daniel de Araujo dos Santos, *op cit*, p. 111-117.

<sup>78</sup> Meily Assbú Linhales. *op cit*, p. 85.

<sup>79</sup> Daniel de Araujo dos Santos. *op cit*, p. 135.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www.rssfbrasil.com/historical.htm#brasileiro>. Acesso em 13 ago, 2022.

na prática a perda de poder político para clubes e federações mais relevantes no cenário nacional. Por exemplo: o voto do clube carioca Flamengo teria o mesmo peso que o voto do clube Ceilândia-DF, e o voto da Federação Paulista teria o mesmo peso que o voto da Federação Acreana, onde sequer existia futebol profissional.<sup>81</sup> Durante sua gestão da CBD nos anos 1970 intensificou-se a política de troca de dividendos políticos por estádios, tanto que, ao todo, durante a Ditadura Militar, foram construídos ou ampliados consideravelmente 52 estádios, sendo 32 deles durante a década de 1970, e 17 deles inaugurados entre os anos de 1975 e 1979, anos em que Heleno Nunes esteve à frente da entidade.<sup>82</sup> Em 1978, o Brasil contava com seis dos dez maiores estádios do mundo.<sup>83</sup>

Entretanto, a política de construção de vultuosos estádios, sobretudo em locais onde não havia clubes de apelo popular ou densidade demográfica suficiente para justificar um estádio enorme, resultou em estádios vazios na maior parte do tempo. Os estádios só recebiam públicos pujantes quando visitados por grandes clubes do cenário nacional ou pela própria seleção brasileira.

Ao final dos anos 1970, a política de Heleno Nunes atingiu seu esgotamento. O inchado campeonato de 1979 foi alvo de protesto por vários clubes, sobretudo dos grandes, pela quantidade altíssima de jogos e viagens que já não eram comportadas no calendário. Muitos clubes reclamavam que o campeonato não era mais rentável e houve boicote do Santos e do São Paulo.

O governo também passava por dificuldades para viabilizar financeiramente o campeonato devido aos efeitos da crise do petróleo no preço das passagens aéreas. Por fim, Heleno Nunes deixou o comando do futebol brasileiro em 1979, a CBD deixou de existir, dando lugar à atual Confederação Brasileira de Futebol (CBF), criada no ano de 1980.<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> Meily Assbú Linhales. *op cit*, p.153.

<sup>82</sup> Leandro Stein. **Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional**. [S.l.], 2014. Disponível em: < <https://trivela.com.br/brasil/dacriacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>> Acesso em: 18 set. 2022.

<sup>83</sup> Gilmar Mascarenhas, *op cit*.

<sup>84</sup> Daniel de Araujo dos Santos. *op cit*, p.136.



## Considerações Finais

Ao historicizar o processo de expansão e massificação do futebol no Brasil, no século XX, vimos que, até a década de 1930, ele se desenvolveu sob a orientação da iniciativa privada de clubes e de associações.

Sob o Governo de Getúlio Vargas pudemos acompanhar uma preocupação com o enquadramento das práticas esportivas no país, como no caso da decisão oficial de 1935, a de aplicar aos clubes de futebol as mesmas regras aplicadas a outras diversões públicas, ou, a de atribuir aos órgãos de censura a função de examinar os contratos dos jogadores profissionais junto a seus clubes.

No Estado Novo, essa ação do Estado de intervir, ordenar, disciplinarizar o futebol se tornou muito mais explícita. A criação do Conselho Nacional dos Desportos (CND), em 1941 e, dentro do seu âmbito, a consolidação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) como mandatária do futebol brasileiro, significou a estruturação do esporte no âmbito nacional, sob controle governamental.

O fato dos dirigentes dessas novas instituições esportivas serem indicados diretamente por Getúlio Vargas evidencia a preocupação que o regime tinha com o controle social, preocupação que não se limitava às esferas política e econômica, mas também a cultural. Denota a percepção do governo de que era necessário acompanhar o que acontecia no país, até as práticas esportivas, os campeonatos, chegando ao ponto deles estarem abrigados na estrutura do Estado. Queremos dizer que o Estado não apenas reconhecia o esporte, oficializando-o, mas alocava a prática cultural na estrutura do Estado, modelando sua configuração e seu funcionamento.

Além da organização/disciplinarização do futebol, destaca-se o uso político do mesmo, pois o Estado Novo não só “cuidava” com zelo dessa prática cultural, incentivando, apoiando, reconhecendo, organizando o futebol. Também utilizava-se dele como veículo de comunicação com o povo, transmitindo por meio dele ideologias caras ao regime como o orgulho nacional, a solidariedade coletiva, a harmonia e a cooperação, o convívio social em meio a um amor nacional, que unia e integrava os cidadãos entre si e os cidadãos ao Estado — todos irmanados pela mesma paixão, como se todos comungassem dos mesmos objetivos nacionais.

Vimos que também a Ditadura de 64 usou o futebol como meio de comunicação entre governo e povo, uma comunicação emocional que produzia a imagem de integração governo-povo, de compartilhamento dos ideais do Estado.

Na ampla divulgação do futebol, ambas as ditaduras produziram e disseminaram imagens de confraternização entre o líder político e os jogadores, entre líder e esperança nacional, entre o líder e a vitória.

Podemos imaginar o quanto o sucesso no futebol era considerado importante para a estratégia das políticas culturais desses governos autoritários pelo ocorrido no preparo da seleção de futebol para a Copa de 70. Obter sucesso na Copa devia ser de suma importância para a Ditadura Militar, pois esta chegou a aceitar a indicação de João Saldanha, publicamente conhecido como comunista, filiado ao PCB desde 1930, perseguido pelo Estado Novo, preso no Governo de Gaspar Dutra, como técnico da seleção brasileira.

Quanto à prática de controle social, observamos que, a princípio, a Ditadura Militar de 64 começou a intervir no esporte de forma semelhante ao Regime Vargas — ordenando, disciplinando e legislando, como na criação da Emenda nº 1 à Constituição de 1967, pela qual centralizava as decisões do setor esportivo.

Depois, quando o grande retorno político que o futebol podia oferecer ficou ainda mais visibilizado com a vitória da seleção brasileira na Copa de 70, a Ditadura Militar passou a investir grandemente na expansão do futebol, criando e patrocinando a realização do campeonato nacional, incorporando mais e mais estados ao cenário do esporte nacional.

Em meio às obras gigantescas executadas pela Ditadura Militar, com o fim de demonstrar poder e construir a imagem de um país forte economicamente, que se modernizava e integrava as regiões do seu território, foi incluído a construção dos estádios de futebol pelo país, ou seja, uma articulação dos projetos de integração econômica, política e cultural.

Mas a partir de 1975, com a ocupação militar do cargo de presidente da CBD pelo Almirante Heleno Nunes foi que a atuação da Ditadura Militar se diferenciou do regime Vargas. Consideramos que aquela atuou de forma muito mais acintosa no que se refere à exploração política do futebol. Ou seja, sob a direção de Heleno Nunes passou-se ao uso escancarado do futebol para a obtenção de dividendos políticos em benefício do partido do governo, a ARENA. Os recursos envolvidos no alto investimento em infraestrutura esportiva no país foram distribuídos por meio de práticas clientelistas.

Consideramos que o trabalho contribuiu para ampliarmos o entendimento da história do futebol no país; afinal, se o Brasil chegou a ser representado como o país do futebol, não foi apenas porque a paixão pelo esporte foi contagiando cada vez mais e mais brasileiros. Além dos “campinhos”, dos estádios, a perspectiva dos “bastidores” evidenciou o quanto o esporte foi alvo de investimentos e área

estratégica de governos, particularmente os autoritários, que se utilizaram dele como espaço de convívio e estratégia de comunicação com as massas populares, um espaço de compartilhamento de uma mesma paixão, que, por isso, buscava espelhar a imagem da igualdade entre ditador e povo, entre torturadores e felizes torcedores.

## Fontes

Decreto-Lei nº 1.056 de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1056-19-janeiro-1939-349204-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Institui%20a%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20de,que%20olhe%20confere%20o%20art.>> Acesso em: 20 set. 22.

Decreto-Lei nº 3.199 de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 20 set. 22.

“O valor do homem brasileiro” Mensagem do Presidente Médici ao povo brasileiro, quando da vitória da Seleção no Campeonato Mundial de Futebol, a 21-6-1970. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970>>. Acesso em: 18 set. 22.

REVISTA PLACAR. Acesso a todo o acervo em: [https://books.google.com.br/books/about/Placar\\_Magazine.html?id=62E72n4n42wC&redir\\_esc=y](https://books.google.com.br/books/about/Placar_Magazine.html?id=62E72n4n42wC&redir_esc=y)

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Fátima Martins. **O futebol nas fábricas**. Revista USP. no 22.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **Futebol, uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BARTHOLO, Tiago Lisboa, SOARES, Antonio Jorge Gonçalves, SALVADOR, Marco Antonio Santoro. **O "futebol arte" e o "planejamento México" na copa de 70: as memórias de Lamartine Pereira da Costa**. Movimento [en linea]. 2004, 10(3), 113-130. [fecha de Consulta 6 de Septiembre de 2022]. ISSN: 0104-754X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115317777008>

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

COUTO, Euclides de Freitas. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

DAMATTA, Roberto (org). **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAOLIO, Jocimar. **Cultura: Educação Física e Futebol**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

DRUMOND, Mauricio. “O esporte como política de Estado: Vargas”. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol:** dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.

GUTERMAN, Marcos. O futebol explica o Brasil: o caso da Copa de 70. 2006.140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LINHALES, Meily Assbú. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MAGALHÃES, Livia G. Trece jugadores en campo. Medios de comunicación, dictaduras militares y Mundiales de Fútbol en Brasil y Argentina. Dissertação (Mestrado)– UNSAM, Buenos Aires, 2008.

MARINHO, Inezil P. **História da Educação Física no Brasil.** São Paulo: Cia. Brasil Editora (s.d.). apud. LINHALES, Meily Assbú. A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

MASCARENHAS, Gilmar. **Um Brasil que se foi: o país dos estádios gigantes.** Ludopédio, São Paulo, v. 110, n. 28, 2018. Disponível em: <<https://ludopedio.org.br/arquivancada/um-brasil-que-se-foi-o-pais-dos-estadios-gigantes/>> Acesso em: 18 set. 22.

MATOS, Heloiza. **O discurso político oculto na comunicação do Governo Médici.** Líbero, São Paulo: ano VI, n. 12, 2002.

NEGREIROS Plínio José Labriola de C. **O Futebol e Identidade Nacional: O Caso da Copa de 1938.** Lecturas: Educación Física y Deportes. año 3, Nº 10. Buenos Aires. Mayo 1998.

PEREIRA, Leonardo Afonso. **Footballmania, uma história social do futebol no Rio do Janeiro, 1902-1938.** Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000.

PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Daniel de Araujo dos. Futebol e política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Henrique Sena dos. **Entre negros e brancos:** considerações sobre a formação da cultura futebolística em Salvador, 1901-1920. Recorde: Revista de

História do Esporte 2.1, 2009.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. Vol. 20. Brasiliense, 1981.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SOARES, Jorge Miguel A. **Justiça desportiva: o Estado Novo entra em campo (1941-1945)**. Tese (Doutorado em História Social) – PUC-SP, São Paulo, 2015.

SOUZA, Glauco José Costa. **Entre o cavalo e o barco, só podemos a bola – O processo de desenvolvimento do futebol no Rio de Janeiro entre as camadas populares no início do século XX**. Memória (Licenciatura). UFRRJ: Rio de Janeiro, 2015.

STEIN, Leandro. **Da criação do Brasileirão aos elefantes brancos, como o futebol entrou no Plano de Integração Nacional**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<https://trivela.com.br/brasil/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>> Acesso em: 18 set. 2022.

VARGAS, Getúlio apud LYRA FILHO, João. **Introdução à psicologia dos desportos**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”. In: Lucília de Almeida Neves Delgado e Jorge Ferreira (org). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, Paulo Victor Cavalcanti de Lucena Lima, RG nº: 3241706, CPF nº: 053.317.271-31 declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “**O uso político do futebol pela Ditadura Vargasista (1937-1945) e pela Ditadura Militar (1964-1985)**” foi integralmente por mim redigido, e que assinaei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Em 30 de setembro de 2022